

Prorrogação das desvinculações de receitas beneficia municípios

Conquista FNP - O Congresso Nacional promulgou, no dia 8 de setembro, a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2023. A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 31/2016 aumenta a flexibilidade para que o governo use parte dos recursos do orçamento com despesas que considerar prioritárias e possa redefinir o uso das receitas. A PEC também estabelece a desvinculação de receitas dos estados, Distrito Federal e municípios. **Pág. 4**

MEC estipula cronograma para implantação dos novos cursos de medicina



Em reunião articulada pela FNP, o ministro da Educação, Mendonça Filho, anunciou que em setembro haverá divulgação dos resultados e em outubro serão assinados os termos de compromisso com as instituições mantenedoras selecionadas para instalação dos cursos de medicina. **Pág.3**

Conselho Consultivo do IV EMDS se reúne em Belo Horizonte e São Paulo



Reuniões em Belo Horizonte/MG e São Paulo/SP mobilizaram apoiadores do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). Ainda em setembro acontecem mais duas reuniões semelhantes, em Brasília/DF e Rio de Janeiro/RJ. **Pág.12**

Contratos do Mais Médicos podem ser renovados por três anos

Conquista FNP - O Plenário do Senado Federal aprovou, no dia 24 de agosto, a Medida Provisória (MP) 723/2016 que permite a prorrogação, por três anos, no prazo de atuação dos médicos intercambistas do programa federal Mais Médicos para o Brasil. **Pág. 9**

Atualização da LRF será analisada em novo Projeto de Lei

O cenário de crise econômica e a necessidade de fechamento de contas do ano reforçaram a atuação da FNP no tema das finanças públicas municipais. A entidade articulou no Congresso Nacional a pauta da modernização da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). **Págs. 6 e 7**



EDITORIAL

Reinventar o financiamento e a governança das cidades

A grave instabilidade econômica e política que o Brasil atravessa impacta, diretamente, nas cidades e na vida dos cidadãos. Como é natural em períodos como esse, aumentam as demandas por serviços públicos, especialmente em saúde e educação, situação que se agrava com a escassez e imprevisibilidade dos repasses de recursos estaduais e federais. Assim, prefeitas e prefeitos encontram-se na difícil situação de governar no local que está mais perto da população e, portanto, mais pressionado por esse cenário de crise.

Fechar as contas do ano e atender às demandas por serviços públicos eficientes e de qualidade são alguns dos impasses vividos pelos governantes locais no dia a dia. Cumprindo seu papel institucional, a FNP vem trabalhando para promover modernização para minimizar a insegurança jurídica e elucidar o entendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tornando-a adequada a períodos de crise prolongada (*Leia mais nas páginas 6 e 7*). Ainda no tema das finanças, a FNP divulgou nota técnica da Associação Brasileira de Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) sobre a desvinculação de receitas (DRU e DREM) aprovada recentemente pelo Congresso Nacional (*Leia mais na página 4*).

Diante dos desafios desse cenário, a coordenação política do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país, o Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), escolheu como tema para a quarta edição “Reinventar o Financiamento e a Governança das Cidades”. O IV EMDS, que será realizado pela FNP no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília/DF, de 24 a 28 de abril de 2017, será a oportunidade para a nova geração de prefeitas e prefeitos eleitos e reeleitos dialogarem e debaterem alternativas para o enfrentamento da crise econômica e política e buscar formas de incentivo ao desenvolvimento local, além da geração de emprego e renda.

O desafio e a proposta do IV EMDS será oferecer informações relevantes aos governantes e gestores locais, disseminar boas práticas e apontar possibilidades que auxiliem no equacionamento da grave situação fiscal dos municípios brasileiros. A qualificação dos gastos públicos, o incentivo à transparência, além da promoção de ações que melhorem a vida da população são, inevitavelmente, metas no horizonte dos futuros prefeitos e prefeitas, que estarão na pauta do evento que conta, mais uma vez, com o apoio do Sebrae Nacional ■

Presidente: Marcio Lacerda (prefeito de Belo Horizonte - MG). Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela (prefeito de Aparecida de Goiânia - GO). Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge (prefeito de Canoas - RS). Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati (prefeito de Porto Alegre - RS). Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes (prefeito do Rio de Janeiro - RJ). Secretário-geral: Luiz Marinho (prefeito de São Bernardo do Campo - SP). Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Bruna Lima, Ingrid Freitas, Lívia Palmieri, Rodrigo Eneas. Diagramação: Pedro Vieira. Ilustração: Phillipe Cedro. Tiragem: 10 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 - CEP: 70340-910 - Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br. (www.fnp.org.br). Essa edição foi encerrada no dia 8/09/2016.

Uberaba desburocratiza ações para empreendedores locais

Uberaba/MG foi a única cidade vencedora em duas categorias do Prêmio Prefeito Empreendedor Juscelino Kubitschek 2016, promovido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/MG). A cidade foi finalista e vencedora nas categorias: “Desburocratização e Formalização” e “Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária”.

Na categoria Desburocratização e Formalização o projeto vencedor foi o da criação da “Sala

do Empreendedor”, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. O outro projeto premiado foi o de facilitar a regularização e formalização dos pequenos empreendimentos, junto às exigências higiênicas necessárias ao comércio de alimentos.

No projeto da Vigilância Sanitária foi desenvolvido um conjunto de ações que visam a desburocratizar, formalizar e capacitar os microempreendedores que lidam com produtos sujeitos ao controle

sanitário.

A iniciativa já capacitou mais de 150 trabalhadores de serviços de alimentação, criou a Lei do Selo de Inspeção Sanitária para serviços de ambulantes, aumentou em 20% os alvarás sanitários e modificou a legislação com adoção da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 49/2013 no código sanitário municipal ■



Projeto requalifica Centro Histórico de Manaus

A prefeitura de Manaus/AM avançou, nos últimos meses, para a requalificação do Centro Histórico, resolvendo velhos entraves, especialmente a situação dos camelôs que ocupavam as ruas e calçadas do centro, há mais de 30 anos. Inaugurado em junho, o Shopping T4, maior centro de compras popular da região Norte começou a mudar a história de mais de dois mil camelôs.

Boas prática indicada pelo município

A solução veio por meio do projeto “Viva Centro Galerias Populares”, que fez a retirada negociada dos camelôs das ruas e a transferência para camelódromos provisórios e, posteriormente, para duas Galerias Populares - Remédios e Espírito Santo -, aproveitando o espaço de antigos prédios que estavam sem destinação, no Centro Histórico.

Durante todo o processo de retirada, acomodações provisórias e

transferência para os espaços definitivos de trabalho, os ex-camelôs receberam ajuda financeira, com uma bolsa mensal de R\$ 1 mil, além de cesta básica de alimentação e apoio para se transformarem em microempreendedores populares, entrando para a economia formal.

Já foram alocados, de forma definitiva 1.350 ex-camelôs, desses, 1.225 receberam qualificação em diversos cursos ■

AGENDA

*Agendas do IV EMDS em destaque

DATA	EVENTO	LOCAL	INFORMAÇÕES
12 e 13/set.	Oficina Regional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária - Região Nordeste	Escola de Governo - Natal/RN	www.rededegestoresecosol.org.br
13/set.	Seminário Licenciamento Ambiental e Estudo de Impacto Ambiental Para Obras Pública e Privadas	Câmara dos Deputados - Brasília/DF	www.camara.gov.br
16/set.	1ª Reunião do Conselho Consultivo do IV EMDS - DF	Estádio Mané Garrincha - Brasília/DF	www.fnp.org.br
22/set.	16ª Jornada Brasileira “Na Cidade, Sem Meu Carro”	Brasil	www.ruaviva.org.br
22/set.	CNI Sustentabilidade 2016 - Biodiversidade e Florestas: novos modelos de negócios para a indústria do amanhã	Hotel Sofitel - Rio de Janeiro/RJ	www.cni.org.br
23/set.	1ª Reunião do Conselho Consultivo do IV EMDS - RJ	Palácio da Cidade - Rio de Janeiro/RJ	www.fnp.org.br
27 e 28/set.	Seminário Internacional sobre Política Urbana	IPEA - Brasília/DF	www.ipea.gov.br
27 e 28/ set.	3º Congresso Todos Juntos Contra o Câncer	WTC - São Paulo/SP	www.todosjuntoscontraocancer.com.br
4 a 6/out.	4º Seminário Nacional de Mobilidade Urbana “Lugares Possíveis - Cidades para o Amanhã”	São Paulo/SP	www.antp.org.br
4 a 6/out.	XVIII Feira Internacional de Meio Ambiente Industrial e Sustentabilidade	São Paulo/SP	www.fimai.com.br
12 a 15/out.	V Congresso Mundial de líderes locais e regionais da CGLU	Bogotá (Colômbia)	www.bogota2016.uclg.org
17 a 20/out.	Conferência das Nações Unidas Habitat III	Quito (Equador)	www.habitat3.org
7 a 18/nov.	Conferência da ONU sobre mudanças climáticas - COP22	Marrakesh, Marrocos	www.nacoesunidas.org
9 e 10/nov.	Congresso Mineiro de Prefeitos Eleitos	Belo Horizonte/MG	www.portalamm.org.br

MEC estipula cronograma para retomada do edital dos novos cursos de medicina



Ministro Mendonça Filho detalhou prazos para os prefeitos

Em reunião articulada pela FNP, o ministro da Educação, Mendonça Filho, anunciou que em setembro haverá divulgação dos resultados e em outubro serão assinados os termos de compromisso com as instituições mantenedoras selecionadas para instalação dos cursos de medicina. São 39 municípios, de 11 estados, que aguardam os novos cursos. Na audiência no dia 18 de agosto, em Brasília/DF, participaram 27 prefeitos, mais representantes de duas cidades, de nove estados. Na sequência, o grupo se reuniu na sede da FNP para traçar estratégias e acelerar a tramitação.

Segundo a prefeita de Guarujá/SP, Maria Antonieta, vice-presidente de Finanças Públicas da FNP, é muito frustrante a luta que os prefeitos encampam desde 2013. “Não gostaríamos de finalizar nossos mandatos e não ver esse processo finalizado”, disse.

A expectativa para a abertura dos novos cursos é grande entre os prefeitos. “Nós temos uma carência de médicos muito grande, o que dificulta o serviço que gostaríamos de prestar. A perspectiva de curso de medicina cria, em médio prazo, a possibilidade de formarmos anualmente um contingente de profissionais que vai suprir não só as nossas necessidades, mas as necessidades da região como um todo”, falou o prefeito de Guarapuava/PR, Cesar Augusto Carollo Silvestri Filho.

Frente à preocupação dos prefeitos, e com a liberação do edital pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em julho deste ano, o ministro afirmou que deixar de dar andamento ao processo “não seria a coisa mais adequada diante da expectativa dos mu-

nicipios por essa decisão”. Mendonça Filho afirmou que cabe a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) e a Consultoria Jurídica do Ministério da Educação (MEC) seguir com os desdobramentos, e já se posicionou: “até setembro vamos divulgar o resultado final e, em outubro, teremos o termo de compromisso assinado”, comprometeu-se.

Para o prefeito de Araras/SP, Nel-

grande, principalmente no interior do Brasil”, destacou.

O prefeito de Cachoeiro do Itapemirim/ES, Carlos Casteglione, pediu para que o MEC deixasse um espaço aberto para que os prefeitos possam ajudar as instituições de ensino com suas possíveis pendências. “Nós precisamos da liberação rápida desses

cursos, quem sabe adiantando a visita do MEC às instituições já aprovadas”, pontuou.

Além do pleito pela celeridade no processo, alguns prefeitos pediram, ainda, sensibilidade do MEC para as análises de recursos. Além de Guarujá, Ijuí/RS e Tucuruí/PA, que também estiveram representados pelos seus prefeitos, tiveram desclassificadas as instituições que concorreram no



Prefeitos de 27 cidades participaram da reunião

son Brambilla, esse é o momento para abrir os cursos, com uma grade que seja adequada à realidade brasileira para formar médicos para atender a população mais pobre. “Nós esperávamos que hoje tivéssemos a solução final. Acho que o pessoal ainda não entendeu a importância que tem a abertura de novos cursos de medicina”, disse.

Nesse sentido, o prefeito de Jacobina/BA, Rui Rei Matos Macedo, compartilhou sua experiência, ao dizer que a implantação do curso de medicina no município baiano é a realização de uma região, que sofre carência de profissionais na área da saúde. “Hoje há uma tendência de formação de especialistas, e dos médicos que cuidam da saúde em geral têm carência muito

processo. “Nós gostaríamos de uma reavaliação dessas desclassificações”, falou Sancler Antônio Wanderley Ferreira, prefeito do município paraense.

Canal de Diálogo - Durante a reunião ficou estabelecido um canal permanente de acompanhamento da execução do edital entre a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC e a FNP.

Desdobramentos

Após audiência com o ministro, prefeitos e representantes de algumas cidades se reuniram na sede da FNP para tratar dos desdobramentos do encontro e discutir estratégias de atuação. Com a participação do prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, por vi-

deoconferência, os prefeitos trataram das ações para buscar celeridade nos prazos divulgados pelo ministro da Educação.

A prefeita do Guarujá/SP, Maria Antonieta, que conduziu a reunião com o ministro e na sede da FNP, falou dos resultados do encontro. “A audiência foi muito produtiva, abrimos um canal importante e o ministro deu respostas concretas”, avaliou.

Para o prefeito de Ijuí/RS, Fioravante Batista Ballin, a audiência foi oportuna e definidora. “Agora temos prazos e definições. Acredito que teremos definição ainda este ano, estamos em bom caminho”, declarou o prefeito.

Para dar celeridade no andamento do edital, o presidente da FNP sugeriu mobilização dos parlamentares, com recortes estaduais, considerando os 11 estados que serão beneficiados com a abertura de novas vagas. “Vamos mobilizar senadores, num recorte estadual para acompanhar o andamento do processo junto ao ministério da Educação”, sugeriu o presidente da FNP.

Outra ação acolhida, sugerida pelo prefeito de Cachoeiro do Itapemirim/ES, Carlos Casteglione, foi de organizar uma comissão de prefeitos para contato permanente com o ministério da Educação a fim de evitar possíveis impasses durante o andamento do processo. Para Casteglione, a reunião com o ministro foi positiva. “O ministro foi muito

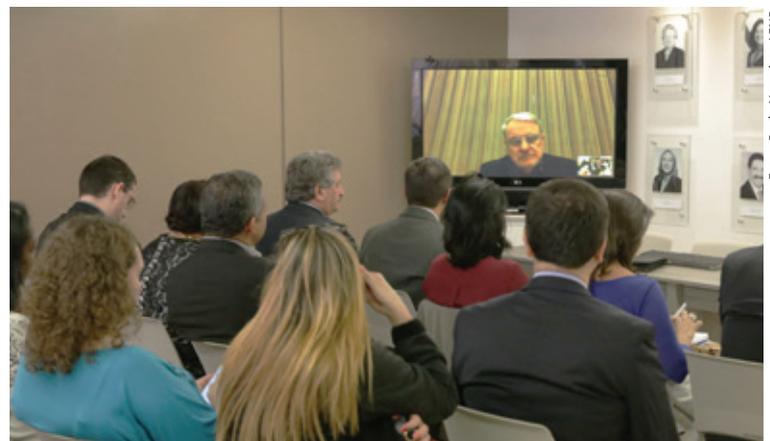
prudente e seguro em afirmar que em setembro conclui-se a análise do edital. Mostrou preocupação com possíveis judicialização durante a análise do MEC e colocamos a FNP

à disposição como colaboradora do processo”, destacou o prefeito.

O presidente da FNP disse que levará a pauta para audiência, que está sendo solicitada, com o presidente da República, Michel Temer. Além disso, outra audiência será agendada com o ministro da Educação para acompanhar o andamento do edital.

Prefeitos que participaram das reuniões

Jacobina/BA - Rui Rei Matos Macedo; Itabuna/BA - Claudovane Moreira Leite; Cachoeiro de Itapemirim/ES - Carlos Roberto Casteglione Dias; Passos/MG - Ataíde Vilela; Poços de Caldas/MG - Eloisio do Carmo Lourenço; Sete Lagoas/MG - Marcio Reinaldo Dias Moreira; Contagem/MG - Carlin Moura; Campo Mourão/PR - Regina Massaretto Bronzel Dubai; Guarapuava/PR - Cesar Augusto Carollo Silvestri Filho; Umuarama/PR - Moacir Silva; Angra dos Reis/RJ - Maria da Conceição Caldas Rabha; Ijuí/RS - Fioravante Batista Ballin; Erechim/RS - Paulo Alfredo Polis; São Leopoldo/RS - Anibal Moacir da Silva; Novo Hamburgo/RS - José Luis Lauermann; Araçatuba/SP - Cido Sérgio da Silva; Araras/SP - Nelson Dimas Brambilla; Cubatão/SP - Marcia Rosa de Mendonça Silva; Rio Claro/SP - Palminio Altimari Filho; São José dos Campos/SP - Carlos Jose De Almeida; Piracicaba/SP - Gabriel Ferrato dos Santos; Bauru/SP - Rodrigo Agostinho; Gaurujá/SP - Maria Antonieta; Guarulhos/SP - Sebastião Almeida; Eunápolis/BA - Demetrio Guerrieri Neto; Vilhena/RO - José Luiz Rover; Tucuruí/PA - Sancler Antônio Wanderley Ferreira; Além dos prefeitos, participaram representantes de Limeira/SP e Jaú/SP. ■



Lacerda conversou com representante das cidades na sede da FNP

Fotos: Paulo Nogueiras / FNP

Congresso promulga PEC que permite aos municípios desvincular receitas

CONQUISTA
da FNP

Em sessão solene, do Congresso Nacional, no dia 8 de setembro, foi promulgada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 31/2016, que aumenta a flexibilidade para que o governo use parte dos recursos do orçamento com despesas que considerar prioritárias e possa redefinir o uso das receitas. A matéria altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e também estabelece a Desvinculação de Receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios (DREM).

No dia 24 de agosto, o Senado votou a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2023. Segundo o secretário de Finanças de Fortaleza/CE e presidente da Associação Brasileira das Secretárias de Finanças das Capitais (Abrasf), Jurandir Gurgel, “em um cenário restritivo para as finanças municipais ante o contexto macroeconômico, a aprovação da DRU revela-se de muita importância para flexibilização da execução orçamentária dos municípios, no sentido de os serviços essenciais não sejam interrompidos neste momento de crise”.

A medida amplia o percentual desvinculado de 20% para 30% e permite que a União amplie o uso desses recursos antes destinados a despesas específicas. Além disso, a PEC cria mecanismo semelhante para estados, Distrito Federal e municípios - a DREM -, ficando desvinculadas 30% das receitas relativas a impostos, taxas e multas, não aplicado às receitas destinadas à saúde e à educação.

A expectativa é que a medida libere R\$ 117,7 bilhões para uso do Executivo Federal apenas em 2016, sendo R\$ 110,9 bilhões de contribuições sociais, R\$ 4,6 bilhões das Contribuições Sociais e de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide) e R\$ 2,2 bilhões de taxas.

Esse valor poderá ser usado para o cumprimento da meta de resultado primário deste ano - que prevê um déficit de R\$ 170,5 bilhões - e para a redu-

ção da dívida pública no âmbito da União. A desvinculação não atinge a receita obtida com a contribuição do salário-educação, tributo que financia programas da educação básica pública, ou as verbas destinadas à saúde pública. Também não poderá prejudicar o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que paga os benefícios previdenciários.

No caso dos estados e municípios, a desvinculação abrange a receita de todos os impostos, taxas e multas. São excluídos da DRU, além dos recursos destinados à saúde e à

educação, o pagamento de pessoal, as contribuições previdenciárias e as transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da federação com destinação especificada em lei. Ficam livres da DRU igualmente fundos do Judiciário, dos tribunais de contas, do Ministério Público, das procuradorias-gerais e das defensorias públicas.

Tanto no caso da DRU quanto da DREM não muda, porém, a regra que estabelece os gastos mínimos para educação (18% para União e 25% para estados e muni-

cípios) e saúde (15% para a União, 12% para estados e 15% para municípios) nem as transferências constitucionais de impostos para estados e municípios. Pelo texto, a medida poderá ser aplicada de maneira retroativa desde 1º de janeiro deste ano.

Atuação da FNP

Em dezembro de 2015, a FNP solicitou o apoio do deputado Laudívio Carvalho, relator da PEC, para estender aos municípios a desvinculação de receitas,

até então permitida apenas à União. Com o pedido, o objetivo da entidade foi de contribuir com a flexibilização da execução orçamentária dos municípios, para que não interrompam serviços essenciais à população ao atravessar o momento adverso por qual passa a economia do país.

O tema também foi tratado na reunião do Comitê de Articulação Federativa (CAF), no dia 03 de março de 2016, com a então presidente da República, Dilma Rousseff ■

O que foi aprovado

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 31/2016 – Prorrogação até 2023 da Desvinculação das Receitas da União com aplicação da margem de 20% (vinte por cento) para 30% (trinta por cento) passíveis de desvinculação.

Qual o objetivo da desvinculação?

Permitir aos entes federados direcionar recursos para áreas prioritárias no período de recessão econômica.

Qual o impacto para os municípios?

A possibilidade da desvinculação também para as entidades subnacionais, com prazo e percentual idênticos ao que foi aprovado para a União. Assim, ficou instituída a chamada Desvinculação das Receitas dos Estados e Municípios (DREM).

Como se aplica aos municípios?

Podem ocorrer desvinculações para as receitas relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a data de promulgação da emenda constitucional, seus adicionais e respectivos acréscimos legais e outras receitas correntes.

Quais as exceções?

Não serão passíveis de desvinculação as destinadas à área de saúde, educação, a contribuição previdenciária e a assistência à saúde dos servidores, bem como fundos em favor dos Tribunais de Contas dos Municípios. Além das transferências constitucionais ou voluntárias com destinação específica em lei.

Alguns pontos importantes

A medida é retroativa a 1º de janeiro de 2016. Estão disponíveis para arrecadação apenas os recursos arrecadados durante o exercício de 2016, devendo ser levado em consideração ainda o saldo financeiro não aplicado, para que não seja comprometida aquelas despesas já compromissadas com os recursos vinculados existentes.

O que deve ser feito

Delimitar o valor financeiro passível de desvinculação; Aplicar o valor de 30% única e exclusivamente sobre as receitas auferidas a partir de 2016 que compõem o fundo, órgão ou despesa para qual se vincula.



Exemplo:

Imagina-se um fundo de promoção à proteção ambiental formado basicamente por taxas e multas de natureza ambiental instituídas e/ou aplicadas pelo Município.

Saldo financeiro
exercícios anteriores

R\$ 20 milhões



Arrecadação

De jan. a jul. de 2016

R\$ 90 milhões

Valor Acumulado =

SALDO FINANCEIRO + ARRECAÇÃO
(Janeiro a Julho de 2016)

R\$ 110 milhões

Serão aplicados os 30% apenas sobre o valor da arrecadação no exercício de 2016, ou seja, R\$ 90 milhões.

Apesar da existência de valores acumulados no exercício de 2016 considerado até julho do referido ano de R\$ 110 milhões, apenas poderá ser desvinculado R\$ 27 milhões, que representa 30% sobre os R\$ 90 milhões devidamente arrecadados no exercício de 2016, não sobre o total.



Desdobramentos

A proposta, aprovada em segundo turno por 54 votos favoráveis e 15 contrários, foi promulgada em sessão solene do Congresso Nacional no dia 8 de setembro.

Voluntários da campanha de proteção a crianças e adolescentes atuam nas Paralimpíadas e no Acampamento Farroupilha



Voluntários do Brasil e do exterior estão integrados ao projeto

Dando continuidade às ações da campanha “Respeitar Proteger Garantir - Todos Juntos pelos Direitos das Crianças e Adolescentes”, voluntários da iniciativa estão atuando nas Paralimpíadas 2016 e no Acampamento Farroupilha, em Porto Alegre/RS. No Rio de Janeiro/RJ, a competição teve início no dia 7 setembro e vai até o dia 18. As atividades culturais do evento gaúcho também começaram dia 7 e vão até o dia 20 de setembro.

A ação dos voluntários segue a metodologia aplicada durante os Jogos Olímpicos Rio 2016, realizados de 05 a 21 de agosto. O grupo atua na abordagem de visitantes, entregando folders explicativos e esclarecendo dúvidas quanto à prevenção das cinco violações de direitos de crianças e adolescentes consideradas as mais recorrentes em grandes eventos: a exploração sexual infantojuvenil, o trabalho infantil, o uso de álcool e outras drogas, crianças e adolescentes

em situação de rua e crianças e adolescentes perdidos ou desaparecidos.

Os voluntários da campanha trabalham também na conscientização sobre o Disque 100 e o aplicativo Proteja Brasil, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) Proteja Brasil, canais de denúncia do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Para promover o engajamento, o público também é convidado a postar fotos nas redes sociais usando as hashtags #Eu-

Respeito #EuProtejo #EuGaranto.

“Respeitar Proteger Garantir - Todos Juntos pelos Direitos das Crianças e Adolescentes” é uma iniciativa que faz parte do projeto “Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos da Criança e do Adolescente”, uma continuidade da ação promovida para a Copa do Mundo FIFA 2014 que, à época, tinha como meta o combate à exploração sexual infantil.

A campanha é realizada pela FNP, com cofinanciamento da União

Europeia (UE) e parceria do Viva Rio, da italiana ISCOS Piemonte, da Rede Internacional End Child Prostitution, Pornography and Trafficking (ECPAT) (França), das prefeituras de Porto Alegre (RS) e do Rio de Janeiro (RJ) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Durante as Olimpíadas, 71 voluntários participaram da campanha. Em média, quase 1500 abordagens foram feitas diariamente ■

Seminário Federativo detalha utilização de recursos federais



Prefeito Vladimir representou a FNP

O prefeito de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública da FNP, participou, no dia 1º de setembro, do Seminário Federativo, promovido pela Secretaria de Governo da Presidência da República. O evento foi dedicado a representantes de entidades municipalistas nacionais e estaduais para o debate de temas como a gestão de projetos na área da saúde; a operacionalização do sistema Siconv e a divulgação da Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Segundo o subchefe de Assuntos Federativos da Secretaria de Governo da Presidência da República, Leonardo Américo, o

principal objetivo do encontro foi estreitar as relações. “Em nome do ministro-chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, afirmo o apoio e empenho do ministério em uma parceria constante com os municípios”, falou.

Para o prefeito de Divinópolis, a crise dos municípios está em pauta há muito tempo e eventos como o Seminário “trazem alguma luz” para os gestores municipais. Na ocasião, Vladimir Azevedo também destacou algumas demandas que precisam de apoio da Subchefia de Assuntos Federativos (SAF), entre elas as judicializações e revisões dos artigos 42 e 69 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). “Cada Tribunal de

Contas tem um entendimento sobre o que são os ‘restos a pagar’. Como vamos ter segurança sobre isso?”, questionou.

Siconv – A diretora do Departamento de Transferências Voluntárias, Deborah Arôxa, apresentou um panorama sobre o Siconv, um sistema criado para administrar as transferências voluntárias de recursos da União nos convênios firmados com estados, municípios, Distrito Federal. “Essa é uma ferramenta de gestão na mão de vocês”, explicou.

De acordo com os números apresentados, atualmente existem R\$6,7 bilhões parados em caixa. Desse valor, R\$1,9 bilhão está em contas dos municípios, divididas em 77 mil convênios assinados. “Em 60 dias, 3.090 instrumentos assinados por municípios vão expirar”, alertou.

No dia 10 de maio de 2016, durante a XIX Marcha dos Prefeitos a Brasília, organizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o prefeito Marcio Lacerda assinou, em nome da FNP, o Termo de Adesão Simplificado à RedeSiconv.

Após adesão, a FNP passa a ter representatividade no grupo e designou dois técnicos para participar da capacitação do programa, que serão responsáveis pela gestão dessas informações, e irão auxiliar com divulgação de orientações sobre a ferramenta.

EMDS

Pouco antes do início do Seminário, os prefeitos de Divinópolis, de Barbacela/MG, Toninho Andrada, e de Umuarama/PR, Moacir Silva, entregaram a

Leonardo Américo convite para a Reunião do Conselho Consultivo do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), no dia 16 de setembro, em Brasília/DF.

“Como forma de colaborar com a gestão pública municipal, a FNP promove uma discussão qualitativa sobre cidades e modelos que queremos. Esse debate estará no IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, em abril de 2017”, disse ■



Prefeitos convidaram para a reunião do Conselho Consultivo do IV EMDS

Atualização da Lei de Responsabilidade Fiscal será analisada em

Depois da retirada dos pontos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) do Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/16, a FNP encaminhou, no dia 8 de setembro, um ofício ao

ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, solicitando apoio do governo federal em um novo Projeto de Lei sobre o tema. O documento formalizou o pedido feito pelo prefeito de Belo Horizonte/MG,

Marcio Lacerda, presidente da FNP, ao próprio ministro, no dia 5.

No ofício, a entidade destacou sua articulação no Congresso Nacional para apresentação de emendas no Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/16, que tratou da renegociação de dívidas dos estados com a União e já trazia modernizações na LRF. No entanto, o Plenário da Câmara dos Deputados optou por apreciar todos os pontos sobre a LRF em outro projeto.

“Apesar da exclusão das alterações na LRF que constavam no PLP 257/2016, e, consequentemente, ter restado prejudicado o destaque 16, a mobilização realizada contribuiu para construção de um ambiente favorável às alterações sugeridas”, detalhou o ofício.

Proposta da FNP

A FNP trabalha pela atualização específica de dois pontos da LRF. O primeiro é o artigo 42. O intuito é que o texto deixe claro



Fortunati esteve com presidente da Câmara

que a aferição do seu cumprimento deve ser feita mediante a contraposição da disponibilidade de caixa com os restos a pagar processados (despesas liquidadas). Atualmente, há divergências entre os Tribunais de Contas e, por vezes, entre conselheiros de um mesmo Tribunal, sobre a interpretação da Lei, gerando insegurança jurídica aos governantes.

A FNP requereu, ainda, o acréscimo de um dispositivo, conforme já previsto no artigo 66 da própria LRF



Maguito tratou do tema com

Atuação da FNP



18 DE FEVEREIRO DE 2016

O tema do fechamento de contas, com análise de indicadores da LRF, foi debatido no 66º Fórum Nacional de Secretarias Municipais de Administração das Capitais (FONAC), que teve a participação do prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP.

A LRF foi uma das pautas da 69ª Reunião Geral (RG) da FNP, no Rio de Janeiro/RJ. O debate teve a participação do presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE) de Minas Gerais e do Instituto Rui Barbosa (IRB), Sebastião Helvécio. Também contribuíram os secretários de Finanças de Fortaleza/CE, Jurandir Gurgel, presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf); de São Paulo/SP, Rogério Ceron de Oliveira, e o secretário de Tributação do Rio Grande do Norte, Coordenador dos Secretários no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Fazenda (Consefaz), André Horta Melo.



24 DE MARÇO DE 2016



05 DE ABRIL DE 2016

Em reunião com o então secretário-executivo do ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, a FNP pediu esclarecimento de interpretação da LRF, em especial da regulamentação da expressão “contrair obrigação de despesa”. A reunião foi um dos desdobramentos da 69ª RG.

Com aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 316/2015, municípios não podem mais sofrer sanções com base na LRF, em casos de diminuição de recursos por razões externas.

12 DE ABRIL DE 2016

Divergências sobre aplicação da LRF foram novamente abordadas durante reunião de secretários municipais e presidentes de Fóruns, com o presidente do IRB, Sebastião Helvécio.

13 DE ABRIL DE 2016



18 DE ABRIL DE 2016

No I Congresso Internacional de Contas Públicas, realizado pelo IRB, o prefeito Marcio Lacerda encaminhou pedido, aos conselheiros e presidentes de TCEs, para uma padronização da interpretação do artigo 42 da LRF.

LRF foi pauta de reunião com integrantes do ministério da Fazenda. Na ocasião, a FNP apresentou proposta de texto normativo interpretativo ao artigo 42.

28 DE ABRIL DE 2016

Prefeito Marcio Lacerda participa do 33º Congresso Mineiro de Municípios, evento em que foi reforçada a preocupação dos governantes locais com o cumprimento da LRF no cenário de crise.



03 DE MAIO DE 2016



18 DE MAIO DE 2016

Prefeitos, de mais de 10 partidos, consolidam e entregam ao ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, o documento “Propostas urgentes e estruturantes para a vida nas cidades”, em que consta pedido de revisão do artigo 42 da LRF.



23 E 24 DE JUNHO DE 2016

Em reunião da Abrasf, em Curitiba/PR, secretários abordam o fechamento de contas de 2016.

Para pedir auxílio para o fechamento de contas do ano, o prefeito Marcio Lacerda se reúne com o ministro Geddel Vieira Lima, e com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Prefeita vice-presidência e secretário com o secretário Fazenda, tratar dos

24 DE MAIO DE 2016

Em reunião com Carlos Henrique Sobral, chefe de gabinete do ministro Geddel Vieira Lima, o prefeito Marcio Lacerda destacou a urgência na unificação dos entendimentos sobre a LRF.

27 DE JUNHO DE 2016



Novo Projeto pelo Congresso Nacional



que trata de algumas excepcionalidades de despesa de pessoal e dívida fundada. O objetivo é ponderar as vedações estabelecidas no artigo 42.

No texto sugerido, a vedação deve ser suspensa caso haja crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, regional ou estadual por período igual ou superior a quatro trimestres. Além disso, a despesa orçamentária liquidada no último ano de mandato não deve ser superior à despesa orçamentária liquidada do exercício anterior, corrigida

pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou de outro índice que vier a substituí-lo.

Articulações

Entre as mobilizações promovidas pela FNP, destaque para ofício enviado ao deputado federal Espiridião Amim, relator do PLP 257/2016, pedindo que os artigos 42 e 66 da LRF sofressem adequações. Na sequência, os líderes do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), Jovair Arantes, com o apoio do PDT (Partido Democrático Trabalhista) e do PSB (Partido Socialista Brasileiro), Paulo Foletto, com apoio da Rede e do PTN (Partido Trabalhista Nacional) a pedido da FNP, apresentaram propostas de emendas contendo alterações em dois pontos (PTB/PDT - EMPs 243 e 244 e PSB/Rede/PTN - EMP 234).

No dia 03 de agosto, prefeitos se mobilizaram em conversas presenciais e por telefone para garantir apoio às propostas de adequações feitas pela entidade.



Vice-líder do PSD está atento ao tema

Um deles foi o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, que conversou por telefone com o ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Geddel Vieira Lima.

Paralelamente, o prefeito de Aparecida de Goiânia/GO, Maguito Vilela, vice-presidente Nacional da FNP, esteve com o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. Também participou da reunião o deputado federal Daniel Vilela.

Já na Câmara dos Deputados, os prefeitos de Porto Alegre/RS, José Fortunati, vice-presidente

de Relações Institucionais da FNP e de Maceió, Rui Palmeira, se reuniram com o líder do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), Antonio Imbassahy. O prefeito de Sorocaba/SP, An-

tonio Pannunzio, vice-presidente de Mobilidade Urbana da FNP também conversou por telefone com Imbassahy. Fortunati esteve reunido, ainda, com o vice-líder do PSD (Partido Social Democrático), Joaquim Passarinho.

Ainda no dia 03, articulado pelo prefeito de Macapá/AP, Clécio Vieira, Fortunati esteve com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Também participou do encontro, a pedido do prefeito de Maringá/PR, Carlos Pupin, o líder do PPS (Partido Popular Socialista), Rubens Bueno, que reafirmou seu apoio à pauta dos municípios ■



ministro Padilha



Fortunati e Palmeira estiveram com líder do PSDB



08 DE JULHO DE 2016

Em reunião promovida pela FNP, em São Paulo/SP, prefeitos, procuradores municipais e secretários de finanças debatem a regulamentação do artigo 42 da LRF.

28 DE JULHO DE 2016

- Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) 2015 aponta que municípios enfrentam a pior situação fiscal da década.
- Em levantamento técnico, FNP identifica que pelo menos 18 municípios decretaram estado de calamidade financeira entre 2015 e 2016.

29 DE JULHO DE 2016

FNP encaminha ofício ao deputado federal Espiridião Amim, relator do PLP 257/2016, pedindo alterações nos artigos 42 e 66 da LRF.



03 DE AGOSTO DE 2016

- Prefeito de Aparecida de Goiânia/GO, Maguito Vilela, vice-presidente Nacional da FNP, pediu sensibilidade à demanda dos prefeitos ao ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. No mesmo dia, na Câmara dos Deputados, os prefeitos de Porto Alegre/RS, José Fortunati, vice-presidente de Relações Institucionais da FNP, e de Maceió/AL, Rui Palmeira, se reuniram com o líder do PSDB, Antonio Imbassahy. Fortunati também esteve com o vice-líder do PSD, Joaquim Passarinho, com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e com o líder do PPS, Rubens Bueno.

08 DE SETEMBRO DE 2016

FNP encaminha ofício formalizando o pedido para que o governo federal apoie novo projeto, que contemple as adequações na LRF solicitadas.

05 DE SETEMBRO DE 2016

Prefeito Marcio entra em contato com o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, solicitando um novo projeto de lei sobre a LRF.

10 DE AGOSTO DE 2016

Deputados decidiram não apreciar ajustes na LRF dentro do PLP 257.

05 DE JULHO DE 2016



do Guarujá/SP, Maria Antonieta, presidente de Finanças Públicas da FNP, e outros municípios da área se reúnem com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Refinetti Guardia, para discutir temas das finanças municipais.

02 DE AGOSTO DE 2016

Líderes do PTB com o apoio do PDT e do PSB com apoio da Rede e do PTN (Partido Trabalhista Nacional) a pedido da FNP, apresentaram propostas de emendas ao PLP 257, contendo alterações em dois pontos da LRF.

08 DE AGOSTO DE 2016

PLP 257, que tratava das dívidas de estados com a União, foi aprovado. Apreciação das emendas foi adiada.

09 DE AGOSTO DE 2016

PSB apresenta destaque para votação em separado da emenda 234, com alterações no texto da LRF, propostas pela FNP.

25 DE AGOSTO DE 2016

LRF foi tema do 56º Fórum Nacional de Procuradores-Gerais das Capitais Brasileiras.

Fotos: Igo Estrela, Paulo Negreiros e divulgação / FNP

Rumos do transporte público são debatidos em Seminário da NTU



Tony Oliveira / NTU

Prefeito de Sorocaba representou a FNP no evento

Para debater alternativas sobre o transporte público, a Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) promoveu, nos dias 23 e 24 de agosto, o 30º Seminário Nacional, em Brasília/DF. Na ocasião, o prefeito de Sorocaba/SP, Antonio Pannunzio, vice-presidente de Mobilidade Urbana da FNP, defendeu a Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide) Municipal sobre os combustíveis como alternativa para o barateamento das tarifas.

Durante a mesa redonda “Transporte público como direito social. E agora?”, Pannunzio destacou que Sorocaba investe R\$ 56 milhões por ano de subsídio para que o transporte público continue acessível à população. Para o prefeito, a criação da Cide Municipal, um imposto não inflacionário, se-

ria uma alternativa para custear o transporte coletivo. “Eu defendo a criação da Cide Municipal. Não quero saber de engessamento orçamentário da União ou do estado para repassar para o município, pois isso desarticula os projetos de governo”, disse.

Segundo o coordenador do núcleo de Desenvolvimento Urbano do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Igor Geracy, um dos maiores problemas do transporte coletivo está na estruturação das cidades, que foi direcionada para a circulação dos automóveis, em detrimento da circulação das pessoas. “A melhor forma de internalizar os custos para viabilizar o sistema de mobilidade urbana humano e sustentável é onerar esses agentes que são os principais geradores de

externalidades negativas”, completou.

Também participaram do debate, mediado pelo jornalista Alexandre Garcia, o presidente executivo da NTU, Otávio Cunha, o presidente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), Ailton Brasiliense, e o deputado Júlio Lopes.

O presidente executivo da NTU, Otávio Cunha, defendeu que sem recursos públicos não há transporte público coletivo de qualidade. “Não adianta nada discutir transporte público de qualidade sem recursos, e para isso, é fundamental a participação dos governos”.

No que diz respeito aos financiamentos, Cunha aponta a Cide Municipal, proposta da FNP e encampada pela NTU, como fator que pode mudar o panorama da equação em que apenas a tarifa banca o custo do transporte. “A ideia é que esse recurso seja arrecadado pelos municípios nos postos de gasolina e aplicado exclusivamente para o barateamento das tarifas”, disse.

O Seminário promovido pela NTU, contou com o apoio da FNP, ANTP, Confederação Nacional do Transporte (CNT) e União Internacional de Transportes Públicos (UITP) ■

Fundação Abrinq lança 6ª edição do Programa Prefeito Amigo da Criança

Com o objetivo de assegurar que os direitos das crianças e adolescentes sejam respeitados e ampliados, a Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos, mais conhecida como Fundação Abrinq lançou a campanha da 6ª edição do Programa Prefeito Amigo da Criança (PPAC), gestão 2017-2020, no dia 25 de agosto.

Os candidatos que estão concorrendo à eleição já podem aderir ao programa ou enviar o termo assinado para o e-mail prefeito@fad.org.br. Com o compromisso firmado, o prefeito assume uma agenda de trabalho que direciona

esforços para a implementação e fortalecimento de políticas públicas que promovam melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes.

“Os municípios brasileiros têm importante papel na execução das políticas sociais, cabendo-lhes garantir uma educação de qualidade, os serviços básicos de saúde e a proteção a que todas as crianças e adolescentes têm direito”, afirmou Carlos Tilkian, presidente da Fundação Abrinq.

O programa

Lançado em 1996, o Programa

Prefeito Amigo da Criança busca mobilizar e apoiar tecnicamente os municípios na implementação de ações e políticas que resultem em avanços na garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Ao longo dos quatro anos da gestão municipal, o Programa oferece subsídios técnicos e recomendações, promove seminários que possibilitam o diálogo, a troca de experiências e a disseminação de conhecimentos úteis à construção ou à consolidação de políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes ■

Abdib promove debate sobre resíduos sólidos

Gestores públicos da área de Meio Ambiente e representantes de empresas e entidades participaram, no dia 29 de agosto, em São Paulo/SP, do seminário “Resíduos Sólidos 2016”. O evento, promovido pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), teve como agenda de discussão questões relativas à gestão, regulação e fiscalização dos serviços. Na ocasião, foi divulgado um estudo com propostas para universalizar a infraestrutura e os serviços no setor de resíduos sólidos, de forma que seja possível cumprir as determinações da Lei de Resíduos Sólidos Urbanos. O documento é destinado às autoridades governamentais.

Programa Cidades Sustentáveis premia boas práticas municipais

Municípios que desenvolvem políticas públicas bem-sucedidas, e com resultados concretos mensuráveis, foram reconhecidos com o Prêmio Cidades Sustentáveis (PCS), no dia 24 agosto, em cerimônia realizada em São Paulo/SP. O evento reuniu prefeitos e representantes de entidades e instituições ligadas ao municipalismo.

Para prefeito de Campinas/SP, Jonas Donizette, que falou em nome da FNP, a iniciativa representa um grande estímulo para os executivos municipais. “Esse prêmio nos dá ânimo para continuar, sabendo que há muito a ser feito”, disse Donizette, que recebeu a homenagem nas categorias “Bens Naturais Comuns” e “Saúde”.

Segundo o coordenador-geral do PCS e da Rede Nossa São Paulo, Oded Grajew, de modo geral, as gestões públicas têm sido muito criticadas, mas “é importante



Ailton Gois / Divulgação

Reconhecimento estimula ações municipais exitosas

também reconhecer e valorizar as boas práticas e as políticas públicas bem-sucedidas que existem. Queremos que essas boas práticas inspirem outros prefeitos e gestores públicos”.

A prefeita de Guarujá/SP, Maria Antonieta, vice-presidente de Finanças Públicas da FNP, e o prefeito de Canoas/RS, Jairo Jorge, vice-presidente de Reforma Federativa da FNP, também estavam entre os governantes reconhecidos. Guarujá recebeu a premiação nas categorias “Educação para a Sustentabilidade”, “Criança” e “Saúde” e Canoas nas temáticas “Governança” e “Saúde” ■

Ipea promove seminário sobre Política Urbana

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) promove, no dia 27 de setembro, em Brasília/DF, o Seminário Internacional sobre Política Urbana: 15 anos do Estatuto da Cidade e o Brasil na Nova Agenda Urbana (Habitat III).

Além dos debates, o evento contará com o lançamento do esboço do Fórum of Federations da América Latina; lançamento da Nota Técnica formulada pelo Ipea e FNP sobre o índice de eficiência fiscal; lançamento do livro “Estatuto da Cidade e Habitat III: 15 anos de política urbana no Brasil e a Nova Agenda Urbana” e lançamento do relatório do Conselho das Cidades para o Habitat III.

Senado aprova Medida Provisória que permite prorrogação dos contratos do programa Mais Médicos

Rocio de Sá / Agência Senado



Programa levou médicos para o interior e periferia das grandes cidades

Após reivindicação da FNP, o Plenário do Senado Federal aprovou, no dia 24 de agosto, a Medida Provisória (MP) 723/2016 que permite a prorrogação, por três anos, do prazo de atuação dos médicos intercambistas do programa federal Mais Médicos para o Brasil. A matéria, que foi aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão 16/2016, tem até o próximo dia 15 de setembro para ser sancionada pelo Presidente da República.

Em ofício encaminhado ao presidente do Senado, Renan Calheiros, no dia 22, a entidade solicitou empenho para votação da MP, que

havia sido aprovada na Câmara dos Deputados no dia anterior. Caso não tivesse sido votada até o dia 29 de agosto a MP teria perdido sua validade.

A MP foi assinada, no dia 29 de abril deste ano, pela então presidente da República, Dilma Rousseff. “A medida provisória é um grande alívio para nós prefeitos que estávamos preocupados com a descontinuidade dos médicos estrangeiros”, disse o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, na ocasião.

Medida Provisória

Encaminhamento da 69ª Reu-

nião Geral da FNP, realizada no Rio de Janeiro/RJ, no dia 26 de abril, a entidade enviou para os então ministros da Saúde e da Secretaria de Governo, Marcelo Castro e Ricardo Berzoini, ofício sobre o fim do contrato dos médicos intercambistas do programa.

No documento, a FNP sugeria a edição de uma MP que viabilizasse a continuidade do programa por meio da prorrogação dos contratos.

Essa preocupação também foi evidenciada em outros momentos, como por exemplo, em audiência realizada dia 29 de ju-

lho, com o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Antônio Carlos Nardi. Na ocasião, a prefeita do Guarujá/SP e vice-presidente de Finanças Públicas da FNP, Maria Antonieta, e gestores de outros sete municípios destacaram que o programa Mais Médicos é fundamental para o enfrentamento da insuficiência do atendimento básico de saúde, aprimorando a atenção primária à população.

Mais Médicos e a FNP

O Programa Mais Médicos para o Brasil está entre as principais conquistas da FNP, no âmbito da saúde pública. O Programa foi criado a partir da campanha “Cadê o Médico?”, promovida pela entidade, em 2013, que teve o objetivo de evidenciar a carência de profissionais, uma forte demanda dos municípios.

Após o empenho dos prefeitos por mais médicos, em julho do mesmo ano foi lançado o programa Mais Médicos para o Brasil. De acordo com dados do governo

federal, o programa conta com 18.240 médicos em 4.058 municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), levando assistência para cerca de 63 milhões de pessoas.

Além do provimento emergencial de médicos, a iniciativa prevê ações voltadas à infraestrutura e expansão da formação médica no país. No eixo de infraestrutura, o governo federal está investindo na expansão da rede de saúde. São mais de R\$ 5 bilhões para o financiamento de construções, ampliações e reformas de 26 mil Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Já as medidas relativas à expansão e reestruturação da formação médica no país, que compõem outro eixo do programa, preveem a criação, até 2017, de 11,5 mil novas vagas de graduação em medicina e 12,4 mil vagas de residência médica para formação de especialistas com o foco na valorização da Atenção Básica e outras áreas prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS). (Saiba mais na página 3.) ■

Entidades debatem reforma da lei de saneamento básico e resíduos sólidos

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública, no dia 23 de agosto, para discutir o Projeto de Lei Complementar (PLP) 0014/15, que amplia prazos e obriga a União a oferecer apoio técnico e financeiro a estados e municípios na elaboração e execução dos respectivos planos de saneamento básico e de resíduos sólidos.

De acordo com o projeto, os municípios passarão a ter até 2 de agosto de 2024 para assegurarem o fim dos lixões, com a disposição final ambientalmente adequada da totalidade dos seus rejeitos sólidos (o prazo para o fim dos lixões expirou em 2014). Este debate foi proposto pelo deputado João Paulo Papa (SP), relator do projeto na comissão. “Pela sua abrangência e, especialmente, pelo fato de que já é expediente recorrente a dilatação

dos prazos dos planos de saneamento e de resíduos sólidos, bem como do prazo para o fim dos lixões, a proposição exige que sejam consultados os representantes dos órgãos e das instituições diretamente envolvidos com as questões abordadas pelo projeto de lei”, justificou.

O objetivo, segundo o autor da proposta, deputado Odelmo Leão (MG), é assegurar o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10). O prazo para a eliminação dos lixões a céu aberto venceu em 2014, mas grande parte dos municípios ainda não conseguiu cumprir o que determina a lei.

O secretário de Obras de Belo Horizonte/MG, Ricardo Augusto, representando a FNP, destacou que a entidade apoia o escalonamento dos prazos, levando-se em conta o porte dos municípios, na hora da prorrogação do tempo de imple-



Secretário de Obras de Belo Horizonte representou a FNP

mentação dos planos de saneamento e de resíduos sólidos. “Os prazos para aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos devem ser fixados em lei. Já os escalonamentos por municípios devem ser tratados por decreto - que são mais ágeis que leis no caso de alterações - junto com as definições de mecanismos de financiamento e aporte técnico

para a criação e implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)”, disse.

O secretário-executivo da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assesmae), Francisco Lopes, também apoia o escalonamento dos prazos por porte dos municípios e disse ser contrário à punição de prefeitos

por improbidade administrativa pelo não cumprimento dos prazos.

Para o secretário nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Alceu Segamarchi Júnior, a ideia não é complicar mais o arcabouço legal e sim tentar mecanismos mais ágeis, como decretos, quando se trata da ampliação dos prazos ■

Rodrigo Ennes / FNP

Procuradores-gerais realizam reunião nacional em Porto Alegre



Fortunati participou da reunião do fórum

Porto Alegre/RS sediou, dias 25 e 26 de agosto, o 56º Fórum Nacional dos Procuradores - Gerais das Capitais Brasileiras. O evento foi marcado por debates sobre pautas municipalistas, como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e judicialização das políticas públicas e contou com a participação do prefeito anfitrião, José Fortunati, vice-presidente de Relações Institucionais da FNP.

Na abertura do Fórum, Fortunati contextualizou a importância das procuradorias municipais para a administração pública. “O

Congresso Nacional vota projetos que impõem cada vez mais responsabilidades às prefeituras sem indicar de onde sairão os recursos. Cabe aos procuradores darem aos gestores o aconselhamento e a orientação jurídica adequada para que continuemos investindo e garantindo as ações e o atendimento necessários àqueles que mais precisam das políticas públicas”, destacou Fortunati.

Segundo o presidente do Fórum Nacional de Procuradores-Gerais das Capitais Brasileiras, procurador-geral de Belo Hori-

zonte/MG, Rúsvel Beltrame Rocha, a defesa dos interesses das capitais é o que motiva a união do grupo. “O Fórum está expandindo e alargando sua atuação, estreitando relação com outras entidades nacionais, como a FNP e a Associação dos Secretários de Finanças das Capitais (Abrasf), e assumindo competências judiciais, ingressando como amicus curiae em ações de interesse dos municípios. O que nos une é a força comum na defesa dos interesses das nossas capitais”, completou.

De acordo com a procuradora-geral de Porto Alegre e vice-presidente do Fórum Nacional de Procuradores-Gerais das Capitais Brasileiras, Cristiane da Costa Nery, o Fórum tem sido fundamental para o fortalecimento das demandas municipais. “Isso ocorre com o alinhamento de atuação administrativa e judicial, fazendo com que as procuradorias consigam sustentar suas teses jurídicas junto aos tribunais superiores”, afirmou ■

Coordenação do CB27 se reúne com ministro do Meio Ambiente

A coordenação do Fórum Nacional dos Secretários de Meio Ambiente das Capitais (CB27) se reuniu no dia 11 de agosto, em Brasília/DF, com o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho. Além de gestores municipais, também participaram do encontro representantes do Iclei - Governos Locais pela Sustentabilidade, Account Manager CDP Cities Latin America, Fundação Konrad Adenauer Stiftung, Agência Nacional da Água (ANA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Na reunião, o CB27 apresentou ao ministro questões emergenciais para a continuidade de políticas públicas de Meio Ambiente. De acordo com o coordenador do CB27 e secretário de Meio Ambiente de Aracaju/SE, Eduardo Lima de Matos, a integração cada vez maior entre o governo federal e os municípios é fundamental para



Temas da área foram debatidos na reunião em Brasília

o crescimento da política sustentável em todo o país. “Esse apoio institucional geral aos municípios, principalmente às capitais brasileiras, levará a um crescimento da política de desenvolvimento sustentável em todo o Brasil”, disse Matos.

“O apoio institucional, por parte do Ministério, ao CB27 é uma demanda minha”, destacou o ministro, que declarou estar questionando, desde que tomou posse na pasta, o desembolso dos

Fundos Ambientais. “Esses fundos dão muito dinheiro para estudos, projetos, que são importantes sim, mas não dizem respeito a uma ação efetiva, imediata na realidade. Como exemplo, o Fundo da Amazônia já gastou quase R\$ 800 milhões, em vários projetos, e somente seis municípios foram beneficiados. Então, estamos tratando agora de negociar uma mudança nesses fundos para que possam incluir duas áreas: Saneamento e Resíduos Sólidos”, ressaltou ■

Rio de Janeiro passa para Paris a presidência do C40



Prefeita de Paris tomará posse em dezembro

O Comitê Diretivo do C40, grupo de grandes cidades para liderança climática, elegeu por unanimidade, no dia 8 de agosto, a prefeita de Paris (França), Anne Hidalgo, como nova presidente. O anúncio foi feito no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro/RJ, pelo prefeito da capital Fluminense, Eduardo Paes, vice-presidente de Relações com o Congresso da FNP e presidente do C40 desde 2014.

A cerimônia de transmissão de cargo será durante o Encontro C40 de Prefeitos 2016, na Cidade do México (México), entre 30 de novembro e 02 de dezembro, principal reunião global de pre-

feitos das megacidades.

No Rio de Janeiro, a prefeita de Paris destacou que o foco de seu mandato no C40 será garantir que as maiores e mais influentes cidades estejam mobilizadas para cumprir o Acordo de Paris, aprovado por 195 países e que prevê a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável.

Outro propósito de Anne Hidalgo é captar novos investimentos e financiamentos para cidades verdes e resilientes e o reconhecimento à liderança das mulheres no enfrentamento às mudanças climáticas, entre outras prioridades ■

Assemae envia Carta Compromisso a candidatos às eleições municipais

A Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae) enviou um documento intitulado “Compromisso com o saneamento público municipal” aos candidatos que concorrem nas próximas eleições municipais. O objetivo é estimular que os futuros prefeitos assumam o compromisso com o saneamento básico como prioridade das políticas locais, garantindo a preservação do meio ambiente, a

saúde e a melhor qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.

O documento salienta a importância de políticas voltadas para essa pasta, bem como os benefícios econômicos gerados a partir de investimentos em saneamento básico. Entre as ações, a entidade destaca a implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico e dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos ■

Prefeito, filie seu município à FNP

A única entidade municipalista nacional dirigida exclusivamente por prefeitos e prefeitas no exercício dos mandatos

(61) 3044-9800
www.fnp.org.br



Gestores de Economia Solidária participam de oficinas em todo o país

Divulgação / FNP



Oficinas regionais promovem atividades de trocas de experiências

A Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária e a Fundação Unitrabalho continuam promovendo oficinas regionais para atividades de articulação, formação, intercâmbio de experiências e formulação de propostas para o setor.

Belém

A capital paraense, Belém, recebeu os gestores nos dias 18 e 19 de agosto, para discutir as atividades de articulação, formação, intercâmbio de experiências e formulação de propostas para a Rede. A oficina reuniu mais de 90 participantes, representando 23 municípios.

Segundo o representante da Fundação Unitrabalho, Reynaldo Sorbille, o evento resultou na criação da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária do Pará, para atuação

em nove regiões. A oficina também cumpriu o objetivo de promover processos participativos para o aprimoramento das estratégias, metodologias e instrumentos para criação de políticas públicas de economia solidária na região.

Belo Horizonte

Já nos dias 25 e 26 de agosto, o encontro ocorreu em Belo Horizonte/MG, região Sudeste. Na capital mineira, mais de 50 pessoas, representando 13 municípios da região, participaram da oficina. Os debates contaram com a presença da secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais, Rosilene Cristina Rocha, do subsecretário de Trabalho do Estado de Minas Gerais e Presidente do Conselho Estadual de Economia Solidária, Antônio Roberto Lam-

bertucci, e da secretária adjunta de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo da Prefeitura de São Paulo/SP, Sandra Faé.

Cuiabá

Na região Centro-Oeste a oficina foi realizada em Cuiabá/MT, nos dias 30 e 31 de agosto, e contou com a participação de representantes do Fórum de Economia Solidária do Mato Grosso, do secretário de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários do Mato Grosso, Suelme Evangelista Fernandes, e do secretário de Trabalho e Assistência Social do Estado, Valdiney Antônio de Arruda. Ao todo, 15 municípios estavam representados no encontro, com 70 pessoas.

A região Nordeste será a próxima a receber a oficina que será sediada em Natal/RN, dias 12 e 13 de setembro ■

Candidatos a prefeito registram compromisso com a Primeira Infância

Candidatos às prefeituras nas eleições deste ano já podem registrar e tornar público o compromisso de sua candidatura com a “Agenda prioritária para a Primeira Infância: qualidade e equidade nas políticas públicas”. Lançada em julho deste ano, a Agenda é composta por sete ações estratégicas, que se traduzem em iniciativas para ser assumidas pelos candidatos.

A Agenda foi elaborada conjuntamente por um grupo formado por representantes de institutos, fundações, entidades, movimentos e por especialistas das áreas de educação, saúde e

assistência sociais. Entre eles os ministérios da Educação (MEC) e do Desenvolvimento Social e Agrário, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Para registrar o compromisso da candidatura com a implementação das ações estratégicas da Agenda no município, é necessário preencher o formulário disponível na página www.agendaprimeirainfancia.org.br ■

Fóruns de Desenvolvimento Econômico se reúnem nos estados



Divulgação / FNP

Encontro foi promovido pela FNP e o Sebrae

Mobilizados para discutir a pauta da econômica local, dois fóruns estaduais de Secretários e Dirigentes Municipais de Desenvolvimento Econômico estiveram reunidos em agosto.

O Grupo da Paraíba se reuniu no dia 25 de agosto, em Campina Grande/PB, para debater e traçar estratégias para o setor. Mais de 40 pessoas participaram das palestras em busca da promoção de soluções para o desenvolvimento das cidades.

Segundo as deliberações da reunião, o Fórum realizará uma oficina de trabalho, no mês de novembro, para construção e

pactuação com o governo do Estado da Paraíba de temas prioritários na área de desenvolvimento econômico.

No dia 10 de agosto, também para debater estratégias e dar continuidade às ações, o Fórum de Secretários e Dirigentes Municipais de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul se reuniu em Porto Alegre/RS.

O encontro, promovido pela FNP e Sebrae, contou com painéis sobre compras governamentais, licenciamento ambiental e sanitário, implantação da RedeSimples e educação empreendedora ■

Transporte público como direito social e Lei da Mobilidade são temas de Jornada

Com o objetivo de instigar a reflexão sobre o atual modelo de mobilidade urbana e difundir os preceitos da mobilidade sustentável, o Instituto Ruaviva, com apoio da FNP e de outras organizações, promove no dia 22 de setembro a 16ª Jornada Brasileira “Na Cidade Sem Meu Carro”. Este ano, o evento tem como tema “Faixas exclusivas, bicicletas, calçadas acessíveis e paz no trânsito dominem as ruas! É a Lei da Mobilidade e Transporte Público como Direito Social nas Administrações Municipais em 2017”.

Entre as propostas da Jornada é que, nesta data, as prefeituras que

fizerem a adesão ao movimento, proporcionem áreas livres de automóvel, incentivando a ocupação das ruas por pedestres, bicicletas e transportes públicos.

O evento, que teve início em 1997, na França, é organizado no Brasil pelo Instituto da Mobilidade Sustentável – RUAVIVA, com parceria do Instituto Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público (MDT) e apoio do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana (FNSTT), do Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU) e da Associação Nacional de Transportes

Públicos (ANTP).

Mais informações sobre o evento e às adesões podem ser encontradas em www.ruaviva.org.br.

Manifesto

Com a proximidade do período eleitoral, esta edição traz no documento “Manifesto 16ª Jornada Brasileira Na cidade, sem meu carro” propostas aos candidatos a prefeitos e vereadores, convocando os futuros eleitos a se comprometerem com uma agenda que crie condições para a construção de uma mobilidade urbana sustentável nos municípios brasileiros. ■

FNP reúne Conselho Consultivo do IV EMDS em BH e SP

Breno Patano / PBH



Em Belo Horizonte, 21 entidades participaram do encontro

Mais de cinquenta instituições nacionais e internacionais participaram das duas primeiras reuniões do Conselho Consultivo do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). As reuniões foram promovidas pela FNP, em Belo Horizonte/MG e São Paulo/SP, nos dias 26 de agosto e 02 de setembro, respectivamente, e as próximas serão em Brasília/DF, no dia 16 de setembro e no Rio de Janeiro/RJ, dia 23.

Entre os objetivos das reuniões estão participação dos apoiadores com sugestões de conteúdo, organização e mobilização do IV EMDS, que terá atividades voltadas à promoção do diálogo com a próxima geração de prefeitas e prefeitos.

Para nortear esses debates, foram pensados os seguintes eixos temáticos: Serviços e políticas públicas como direitos da cidadania; Cidades inteligentes, inovadoras, democráticas e transparentes; Direito à Cidade; Repactuação federativa, consorciamento e desenvolvimento regional; Qualidade e eficiência na gestão pública e a judicialização da escassez; Agenda urbana global e mudanças climáticas; e Incentivo à economia local, empreendedorismo, emprego, trabalho e renda.

Estiveram presentes as seguintes instituições: Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC; Agenda Pública; Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB); Associação Brasileira de Tecnologia para Construção e Mineração (SOBRATEMA); Associação Mineira de Municípios (AMM); Banco BMG; BH Convention & Visitors Bureau; Câmara de Comércio do Mercosul; CDP – Driving Sustainable Economies; Centro de Estudos Augusto

Leopoldo Ayrosa Galvão (CEALAG); Cidade Escola Aprendiz; Johnson & Johnson; Consultoria em Administração Municipal (CONAM); Consórcio Intermunicipal Grande ABC; Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Setentrião Paranaense (CISAMUSEP); Direcional; Emccamp; Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG); Fiat Chrysler; Frente Mineira de Prefeitos (FMP); Fundação Abrinq; Fundação Avina; Fundação Dom Cabral (FDC); Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP); Fundação Itaú Social; Fundação SM; Hiria; ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade; Instituto de Arquitetos do Brasil – Minas Gerais (IAB/MG); Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM); Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU); Instituto Geociências – ICG; Instituto Rui Barbosa (IRB); Instituto Trata Brasil; Instituto Votorantim; MRV; Observatório Social e I&T Gestão de Resíduos; Oi; ONG ECOPHALT; Polis; PricewaterhouseCoopers (PWC); Prefeitura de Santo André/SP; Prefeitura de Guarujá/SP; Projeto AL-Las; PWC; Sebrae Nacional; Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-SP); Sindicato da Construção Civil de Minas Gerais (Sinduscon/MG); Sindicato da Indústria da Construção Pesada de Minas Gerais (Sicepot/MG); Smart City Expo & World Congress; Votorantim e Rede Brasileira de Cidades Educadoras.

Belo Horizonte

Durante o encontro, realizado na prefeitura da capital mineira, foram registrados apoios para mobilização e divulgação do evento, bem

como para a construção de conteúdo e metodologias de debates.

Segundo o prefeito anfitrião, Marcio Lacerda, presidente da FNP, o EMDS é uma oportunidade para o debate da criação de um ambiente favorável para o crescimento econômico. Sua opinião foi endossada pelo gerente de Políticas Públicas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Bruno Quick, que destacou o tema como ponto fundamental para o desenvolvimento dos municípios. O prefeito de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública e membro da coordenação política do EMDS também esteve presente durante o evento.

São Paulo

O evento ocorreu na sede do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF) e também contou com a presença do prefeito Vladimir Azevedo. De acordo com o secretário de Relações Internacionais e Federativas da Prefeitura de São Paulo/SP, Vicente Trevas, uma das grandes contribuições do EMDS é divulgar



A reunião de São Paulo teve 31 instituições participantes

IV EMDS terá inclusão e acessibilidade para deficientes visuais

Com o intuito de promover a inclusão de pessoas com necessidades especiais no IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), a FNP já vem firmando parcerias. A primeira, fechada no dia 24 de agosto, com a Associação Brasileira de Deficientes Visuais (ABDV), garante a instalação de pontos de massagens, que serão realizadas por deficientes visuais, e a possibilidade de os participantes vivenciarem os desafios enfrentados por essa população no dia a dia das cidades.

Além da massagem, a parceria proporcionará uma oficina de experimentação na qual o participante poderá fazer um circuito dentro evento, de olhos vendados. Ao final do circuito, será realizada uma atividade com argila para tentarem reproduzir aquilo que tateou ao longo do trajeto.

Durante o evento, a FNP vai disponibilizar a programação, bem como os cardápios da Praça de Alimentação, em alfabeto Braille. O projeto de arquitetura também está incumbido de promover acessibilidade em todos os espaços do IV EMDS, facilitando a locomoção dos participantes com necessidades especiais.

A intenção da FNP é incluir no EMDS debates de políticas públicas sustentáveis voltadas a esse público. Segundo a ABDV, em todo o Brasil, apenas 323, 2 mil pessoas com deficiências estão ativas no mercado de trabalho. Deste número, cerca de 4% são deficientes visuais. Ou seja, apenas cerca de 12 mil pessoas com deficiência visual estão inseridas no mercado de trabalho, no país.

Parceria FNP e Abrinq

Na ocasião, a FNP e a Fundação Abrinq renovaram a assinatura do termo de parceria institucional pelos direitos da criança e do adolescente, que terá vigência até 2020.

Entre os objetivos do termo de cooperação está a participação da Fundação Abrinq nas ações do IV EMDS e a parceria da FNP na execução do “Programa Prefeito Amigo da Criança - PPAC”, por meio de articulação, integração e intercâmbio das atividades exercidas com os prefeitos eleitos para a gestão 2017-2020

Marcela Cherubine / FNP